

## A VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE *VER*: SINGULARIDADE E REGULARIDADE

Helena Topa Valentim (Universidade Nova de Lisboa)

Esta comunicação tem um objectivo duplo: antes de mais, o de descrever, no quadro teórico de uma análise enunciativa, a variação que, consoante os diferentes contextos linguísticos de ocorrência, o valor semântico de *ver* pode registar. Decorrentemente, e como segundo objectivo, propomo-nos dar um contributo para o estabelecimento das razões pelas quais as propriedades operatórias desta unidade a predis põem a assumir, de forma particular, os valores perceptivo e epistémico e em que condições.

Quando consideramos a questão geral da relação existente entre a significação linguística e a construção de valores referenciais, reconhecemos que há uma dependência significativa entre a variabilidade do sentido associado a uma unidade e o contexto linguístico de ocorrência, ou cotexto. Este é, aliás, o ponto de partida deste estudo: o facto de a significação de uma qualquer unidade linguística variar consoante a sequência enunciativa em que esta ocorra. A constatação de que, por vezes, a modificação de um único elemento do seu contexto linguístico é suficiente para que o valor de uma unidade se modifique prova isso mesmo. Aliás, se a dinâmica interna à própria linguagem é da ordem da interacção, as possibilidades de interpretação de qualquer enunciado e das unidades que o engendram decorrem dessa mesma dinâmica de interacção. Acrescente-se, portanto, que esta dinâmica de interacção entre cada unidade e o seu cotexto corresponde a uma construção que implica uma dependência que é recíproca, pelo que, por um lado, a significação associada a cada uma das unidades linguísticas depende do cotexto de ocorrência e, por outro lado, a significação global do enunciado depende da rede de relações de dependência recíproca entre as unidades que o compõem.

É deste modo, e no quadro da Teoria Formal Enunciativa, que assumimos o pressuposto teórico, amplamente desenvolvido por Jean-Jacques Franckel, entre outros, de que cada unidade tem uma identidade própria, irreduzível, identidade essa que, simultaneamente, só é apreensível através do modo como se organiza a sua variação nos diferentes planos. Os sentidos atribuídos a uma unidade são sempre o produto da interacção que se estabelece com o seu contexto, sendo através dos seus modos de interacção com o contexto que se pode destacar a identidade de uma unidade.

O caso que nos propomos estudar, o verbo *ver* e a identificação e descrição dos valores que lhe são afectados nos diferentes contextos de ocorrência, permitir-nos-á, assim, avançar algumas hipóteses quanto aos princípios gerais e regulares mediante os quais as diferentes ocorrências de *ver* estabelecem relações com os outros elementos do contexto.

Este verbo é normalmente integrado na classe dos verbos ditos “de percepção”, podendo, no entanto, e em certos contextos, assumir um valor epistémico, o que pressupõe, desde logo, uma hierarquia entre estes valores: o valor perceptivo será o sentido “base”, o valor epistémico o será um sentido derivado e, por isso, secundário. Alguma da literatura existente, por exemplo, a respeito do funcionamento de *voir* (do francês), identifica, genericamente, os dois valores, perceptivo e epistémico, igualmente reconhecíveis em português. Em enunciados como os que se seguem, estamos perante a construção de uma representação da percepção (Guillemin-Flescher 1994), objectiva (física ou ainda sensorial) em 1 e subjectiva (intelectual ou ainda epistémica) em 2:

1. O João viu televisão todo o dia
2. A Ana, por fim, viu a verdade

De facto, de acordo com uma abordagem que diríamos “cognitivista”, tender-se-á a descrever as ocorrências de *ver* através de relações entre aquilo que são as categorias, antes de mais, fenomenológicas, da percepção (em particular, da percepção visual) e da cognição. Isso

mesmo refere Jean-Jacques Franckel (2002: 4) quando contrapõe a esta perspectiva “cognitivist” uma outra abordagem (abordagem construtivista), segundo a qual nenhum verbo é, por si só, um verbo classificável ora como de percepção, ora como de cognição, ora como de qualquer outra categoria conceptual.

Esta pressuposição da inexistência de categorias conceptuais preexistentes à sua expressão na língua leva-nos, por conseguinte, a considerar e a sugerir que *ver* não é, por si só, um verbo de percepção ou de cognição, até porque, como veremos, há várias possibilidades de ocorrência de *ver* que não actualizam, no sentido estrito, nenhum destes valores perceptivo ou epistémico. Este verbo, como qualquer unidade linguística, terá um funcionamento próprio, que se traduz pelo papel particular que desempenha nas interacções com os diferentes contextos linguísticos possíveis. O que acontecerá é que algumas dessas interacções resultam de tal modo que permitem uma reconhecível aproximação a estes dois valores, perceptivo e epistémico.

Assim, sendo embora um verbo de estatuto lexical, *ver* apresenta uma caracterização operatória, sendo, conseqüentemente, redutor caracterizá-lo como um verbo de percepção. Quando se lhe associe um valor de percepção, de cognição ou outro valor, isso dever-se-á à combinatória cotextual em que este ocorre (Franckel & Lebaud, 1992).

Porém, um procedimento analítico conforme aqui defendemos – na busca do estabelecimento das razões pelas quais as propriedades operatórias do verbo *ver* o predispõem a assumir qualquer um destes valores ou outro – não se abstrai, como não se poderia abstrair, da constituição ontológica do Homem nem da forma como esta realidade se encontra plasmada na faculdade da linguagem, enquanto sistema de representação simbólico. O ser humano é sempre um sujeito de percepção, que percebe e que exprime a sua percepção, através das formas e construções da língua. Faz, por isso, algum sentido ter presente, ainda que superficialmente, uma caracterização fenomenológica da percepção, que, de seguida, poderemos articular com os factos linguísticos.

Na *Crítica da Razão Pura*, de Kant, diz-se que a percepção é a intuição de um fenómeno com base numa sensação, sendo acompanhada pelo que este autor chama de “consciência”, isto é, o entendimento, a faculdade humana de conhecer. A percepção é, pois, a consciência de uma intuição empírica. Por ela, chegamos ao conhecimento da realidade, da existência das coisas – dirá Kant (ver Lancôt, 1993). E por ela – acrescentamos nós – chegamos à representação linguística, já não fenomenologicamente determinada, mas enquanto construção de significação, isto é, (dizíamos atrás) enquanto sistema de representação simbólico. Há, por conseguinte e por outro lado, um hiato entre a apreensão empírica e uma análise controlada que tem em conta as restrições inerentes aos funcionamentos linguísticos e que é aquilo que aqui propomos. Em Franckel (1989), o que acabo de refirir como “hiato” equivale a “un effet de la différence de statut entre des unités lexicales atomisées, envisagées isolément, désincarnées, et ces mêmes unités considérés à travers les phénomènes syntaxico-sémantiques qu’elles engendrent dans les séquences où elles se trouvent mises en jeu” (ibidem: 407).

Fazendo incidir a análise nos tais fenómenos sintáctico-semânticos que as unidades linguísticas desencadeiam nos diferentes contextos linguísticos em que ocorrem, perguntamos por que razão as propriedades operatórias de *ver* predispõem este verbo a assumir, enquanto representação linguística, qualquer um dos diferentes valores, perceptivo, epistémico ou outro?

Passemos à análise de alguns enunciados, de diferentes contextos de ocorrência de *ver*:

3. Eu vi que o Luís entrou em casa
4. Eu vi que o Luís estava doente

Nestes enunciados, o objecto de *ver* é, em comum, uma subordinada completiva, variando, apesar disso, a interpretação global dos mesmos enunciados: 3 é interpretado como representação de uma percepção; 4 como representação epistémica.

O mesmo se verifica nos enunciados que se seguem:

5. Vejo o Luís todos os dias
6. Vejo que o Luís se porta bem

O enunciado 5 tem valor perceptivo e o enunciado 6 é interpretado epistemicamente. Fazendo variar o tempo gramatical de *ver* (pretérito perfeito em 3 e 4, presente do indicativo em 5 e 6), a diferença de valor semântico entre 3 e 4, por um lado, e entre 5 e 6, por outro, parece radicar apenas na natureza aspectual do processo associado ao termo subordinado o que, como veremos adiante, tem, por sua vez, consequências quanto ao estatuto semântico da fonte, ora da percepção, ora da inferência.

Em 3, como em 5, o objecto de *ver* tem uma natureza eventiva. *Entrar em casa* (3) é um predicado inequivocamente eventivo; o adverbial frequencial *todos os dias* (5), ao especificar a frequência com que o acontecimento linguístico se repete, confere ao predicado (*ver o Luís*) um carácter não homogéneo, isto é, compatível com a iteratividade ou com um valor habitual, e, por conseguinte, não estativo.

Já nos enunciados 4 e 6, o objecto de *ver* – respectivamente, os conteúdos proposicionais *o Luís estar doente* e *o Luís portar-se bem* – correspondem a predicados estativos. Veja-se a sua incompatibilidade de coocorrência com um adverbial de completamento, como *em 20 minutos* – *\*O Luís está doente em 20 minutos*, *\*O Luís porta-se bem em 20 minutos* – e a compatibilidade de coocorrência com um adverbial durativo como *durante a tarde* – *O Luís está doente durante a tarde*, *O Luís porta-se bem durante a tarde*.

Se convertermos as respectivas subordinadas de 3 e 4 em construções infinitivas (no português do Brasil, seria em construções gerundivas), podemos concluir que, só no caso de o predicado da subordinada ser de natureza eventiva, resulta um enunciado bem formado:

7. Eu vi o Luís (a) entrar em casa

8. \*Eu vi o Luís estar doente

Assim, exactamente como no enunciado 3, no enunciado 7, o predicado *ver X* corresponde à representação de uma percepção. E, conforme se afirma em Hernanz ([1983]<sup>3</sup>1997: 2241ss) relativamente ao espanhol, os infinitivos dependentes do verbo *ver* (mas também de *observar*, etc) têm uma significação eventiva, isto é, interpretam-se como processos circunscritos no espaço e no tempo. Daí a má formação do enunciado 8, cuja subordinada refere um facto ou estado permanente, homogéneo, que não pode ser objecto de percepção transitória (*estar doente*). Portanto, a incompatibilidade dos complementos infinitivos com predicados estativos invalida que qualquer enunciado cujo complemento de *ver* seja deste tipo seja interpretável epistemicamente<sup>1</sup>. Veja-se os seguintes enunciados

9. A Maria viu alguém fugir

10. A Maria viu que alguém fugia

O enunciado 9 tem uma interpretação consensualmente perceptiva e o enunciado 10 tem uma interpretação preferencialmente perceptiva. Podemos dizer que o valor de percepção associado ao predicado *ver X* se deve à natureza aspectual do predicado da subordinada – trata-se de eventos – e é independente do tipo de complemento, com verbo flexionado (10) ou não flexionado (9).

Já um enunciado como 11:

11. A Maria viu que alguém fugira

<sup>1</sup> Um enunciado como *A Maria viu que o Luís praticava surf* é ambíguo exactamente porque pode corresponder-lhe tanto uma interpretação perceptiva como uma interpretação epistémica. Essa ambiguidade desaparece quando convertemos a subordinada numa construção infinitiva: *A Maria viu o Luís praticar surf*. Segundo uma interpretação perceptiva, a Maria foi afectada por um determinado estímulo visual (mais concretamente, viu o Luís a praticar surf); de acordo com uma interpretação epistémica, a Maria pode ter deduzido que o Luís pratica surf depois de observar o seu bronzeado.

tem uma interpretação epistémica. O objecto do processo *ver X (que alguém fugira)* não é percebido; é inferido através de indícios que podem ser sensoriais ou não. Temos, aliás, uma inferência dedutiva, ou seja, uma dedução a partir de uma percepção sensível, um raciocínio lógico que se define com base numa relação necessária entre dois termos – “q” e “p”<sup>2</sup>. Neste enunciado, é com base no conhecimento de que vários dados observáveis (por exemplo, uma porta aberta, um silêncio incomum, a refeição por encetar...) correspondem a indícios seguros de que “alguém fugira” (de que “p” implica necessariamente “q”) que se constrói, com um certo grau de plausibilidade, uma inferência, isto é, uma validação subjectiva do acontecimento linguístico “alguém fugir”. A relação de localização que permite explicar o juízo de inferência dedutivo construído neste enunciado tem, assim, como termo localizador, o facto de um determinado dado ou uma série de determinados dados observáveis (uma porta aberta, um silêncio incomum, a refeição por encetar...) ser condição necessária para que “alguém fuja”. Isto é, o termo localizador deste juízo dedutivo é um conhecimento que o enunciador constrói como sendo-lhe exterior<sup>3</sup>.

O enunciado 11 – como os enunciados 4 e 6, também interpretáveis epistemicamente – ilustra o que se afirma em Guentchéva (1996) a propósito daquilo que considera ser uma categoria de determinação modal, o mediativo (*médiatif*): “[...] l’énonciation médiatisée met explicitement en oeuvre divers mécanismes perceptifs (visuels, auditifs, tactiles, gustatifs ou olfactifs) qui jouent alors le rôle de filtre entre l’information fournie et l’énonciateur, et permettent de moduler les assertions ou d’encoder certains mécanismes d’inférence”. (ibidem: 13). É, aliás, o facto de, em certos contextos linguísticos, haver um mecanismo de inferência subjacente à interpretação de *ver* que leva, por exemplo Thomas Willet (1988) a classificar *ver*, nestes casos, como “marcador de evidência inferida”, por oposição aos casos em que *ver* tem um sentido perceptivo e corresponde, nas palavras deste autor, a um “marcador de evidência atestada”<sup>4</sup>.

Ainda o enunciado 11, em contraste com o enunciado 10, permite que façamos algumas observações quanto à referência temporal-aspectual do termo subordinante e do termo subordinado. Em 11, como noutros enunciados com esta estrutura subordinada e com o mesmo valor de percepção (por exemplo, nos enunciados 5, 7 e 9), a este valor está associada uma relação de coincidência temporal entre os dois processos. Há, portanto, percepção quando se constrói um processo eventivo em que as relações predicativas (encaixante e encaixada), isto é, os acontecimentos linguísticos, são construídos na situação de enunciação em curso.

Como explicar esta correferencialidade temporal entre subordinante e sendo a subordinada infinitiva? Enquanto forma verbal defectiva, o infinitivo, presente nos enunciados 7 e 9, e que é, nestes casos flexionado, constitui, salvo em casos especiais<sup>5</sup>, um elemento

<sup>2</sup> O raciocínio lógico dedutivo, também designado *modus ponens*, descreve-se da seguinte maneira: “se se tem p e se sabe que ‘p implica q’ é verdadeiro, então q é (necessariamente) verdadeiro”.

<sup>3</sup> Existe, a um nível enunciativo, uma relação entre a significação construída, nomeadamente em termos de modalidade epistémica, e a origem da informação contida na relação predicativa, que pode provir por via perceptiva (visual, ouvir dizer) ou por via inferencial. Falando de origem da informação, fala-se da fonte do saber, ou do conhecimento, que está subjacente ao enunciado. Por conseguinte, mediante o estudo de determinados processos linguísticos, reconhece-se o tipo de conhecimento construído, não só de forma imediata como também de forma mediata, pelo sujeito enunciador. Por outro lado, pode afirmar-se haver uma tendência geral que consiste na atribuição de um maior grau de certeza epistémica a informações adquiridas por percepção visual do que a informações provenientes de outros sentidos, incluindo as informações a que se aceda por via de um raciocínio inferencial.

<sup>4</sup> Thomas Willett (1988) teoriza sobre o sentido básico do conceito de “origem (ou fonte) da informação” (“information source”). Esta tónica posta na informação e nas formas de acesso cognitivo ou de acesso perceptivo à informação integram-se numa concepção do enunciado como estrutura informacional.

<sup>5</sup> Não são raros os casos em que o infinitivo surge desligado de uma qualquer forma de dependência, estando-se aí na presença do que os estudos gramaticais em geral referem como infinitivos independentes (*ver*, por exemplo, Hernanz ([1983] <sup>3</sup>1997: § 36.4.). Abstraindo as diferentes classificações de infinitivos independentes, considerem-se como exemplos de algumas construções possíveis:

oracional dependente. Aliás, a sua ocorrência dá-se em configurações sintáctico-semânticas que permitem suprir a sua defectividade em termos morfológicos. Daí que, como nestes casos, integre um termo subordinado, advindo do termo subordinante a sua referência temporal<sup>6</sup>. A interacção que podemos reconhecer entre a interpretação perceptiva de *ver* e a complementação infinitiva deste verbo é, portanto, compaginável com esta correferencialidade temporal existente entre os dois termos do enunciado (subordinante e subordinada). O valor temporal de uma subordinada infinitiva é identificável ao valor temporal da subordinante, o que, como podemos observar, se verifica nos enunciados 7 e 9.

Também uma construção passiva, cuja correspondente activa seja um enunciado como 9, regista uma coincidência temporal entre as duas situações linguísticas. Veja-se o enunciado 12, mas também o enunciado 13, ambos interpretáveis como percepção visual:

- 12. Alguém foi visto pela Maria a fugir
- 13. As crianças foram vistas a brincar com um cão

Parece-nos, por conseguinte, que a tese de uma exclusividade da interpretação perceptiva associada às construções passivas com *ver* – que encontramos afirmada, por exemplo, em Guillemin-Flescher (1994) – se explicará, por um lado, em virtude na natureza não estativa dos predicados susceptíveis de passivar e, por outro lado, pelo facto de, quando integram dois processos numa relação de subordinação, as passivas registarem sempre a mesma correferencialidade temporal dos enunciados activos que lhes correspondem.

Ora, se, por um lado, ao valor de percepção de *ver* está associada uma relação de coincidência temporal entre os processos dos dois termos dos enunciados (subordinante e subordinado), por outro lado, à afectação de um valor epistémico a *ver* está associada uma não coincidência temporal entre ambos os processos. Há uma interpretação epistémica quando a relação predicativa – isto é, o acontecimento linguístico – da subordinada, é pré-construída, ou seja, construída noutra situação de enunciação que não a situação de enunciação em curso.

Isso mesmo é verificável no enunciado 11. Com uma interpretação epistémica, constrói-se, neste enunciado uma não coincidência temporal entre o acontecimento linguístico do termo subordinante (*ela ver X*) e o acontecimento linguístico do termo subordinado (*X*, isto é, *alguém fugir*). Esta não correferencialidade temporal está, neste caso, marcada pelo tempo verbal (pretérito perfeito em *viu* e mais-que-perfeito em *fugira*) como, aliás, nos enunciados 14 (pretérito perfeito em *viu* e condicional em *chegaria*), 15 (presente do indicativo com valor constativo em *vejo* e pretérito perfeito em *passou*) ou 16 (presente do indicativo com valor constativo em *vejo* e futuro imediato em *vai ser*):

- 14. A Maria viu que o João chegaria mais tarde do que o previsto
- 15. Vejo que nada se passou como eu pensei
- 16. Vejo que nada vai ser como eu sonhei

A não coincidência entre a determinação do acontecimento linguístico *ver X* e do acontecimento linguístico *X* não é só referencial; é também metalinguística. Isso mesmo atesta, nestes contextos, o complementador *que*, que, não se limitando a ser um instrumento sintáctico, é um marcador de uma relação de subordinação como dispositivo de modalização, uma vez que, como afirma Antoine Culioli (1974), representa, enquanto imagem do enunciador, o seu acto assertivo. Conforme se firma em Franckel & Lebaud, uma completiva em *que* “implique la

- 
- (i) Eu, render-me?
  - (ii) Não pisar as plantas!
  - (iii) Corar, não corei, mas fiquei embaraçado

<sup>6</sup> Nos casos em apreço (os enunciados 7 e 9), cujo infinitivo é flexionado, só está em causa a referência temporal, já que a referência em termos de sujeito está construída no próprio termo subordinado: respectivamente o *Luís* (7) e *alguém* (9).

préconstruction [da oração subordinada]”. É, portanto – continuam – “relativement à [subordinada] préconstruite que le verbe introduit des déterminations” (1990: 40). Por outras palavras, em 14 como em 15 e 16, são certos sinais exteriores, sinais empíricos portanto (indícios), que levam o sujeito modal (em 14, *a Maria*, também sujeito do enunciado e sintáctico; em 15 e 16, [eu], identificado com o sujeito enunciadador) a concluir, respectivamente, o atraso do João, a não confirmação de uma expectativa e a constatação de um desejo não satisfeito. Assim, o objecto de *ver* é, nestes casos, um objecto proposicional. *Que Y* implica que o acontecimento linguístico *Y* é prévio à expressão do processo epistémico, isto é, é um pré-construído. É por isso que a representação perceptiva associada a *ver* requer que haja coincidência temporal. Não havendo essa coincidência temporal entre os processos dos dois termos da subordinação, a representação associada a *ver* será inferida como uma relação prévia, correspondendo-lhe um sentido epistémico.

É pois uma relação pré-construída que instancia o lugar de objecto directo, complemento de *ver*, sendo, como veremos adiante, localizada em relação ao sujeito epistémico. Quando actualiza um sentido epistémico, o funcionamento deste verbo aproxima-se do funcionamento de verbos como *crer*, *pensar*, *considerar*, *constatar*, classificáveis como verbos subjectivos<sup>7</sup>.

Passemos a analisar enunciados em que o complemento de *ver* é de tipo nominal.

2. A Ana, por fim, viu a verdade

17. Eles viram demasiado tarde o problema em que se meteram

O sentido epistémico associado a um enunciado como 2, que aqui retomamos, e ao enunciado 17 decorre do facto de os nominais na posição de complemento de *ver* (respectivamente *verdade* e *problema*) terem uma natureza predicativa, isto é, marcarem a pré-construção de uma relação predicativa (ver Valentim, 1998: 116; 2004: 333ss). O funcionamento predicativo de *verdade* e de *problema* explica-se pelo facto de, na posição de complementos com *ver*, o semantismo destes nominais se caracterizar pela dissociação entre a sua determinação quantitativa (Qnt) (ou construção existencial) e a sua determinação qualitativa (Qlt) (ou conteúdo, definição intensional). Digamos que, o sujeito modal (também sujeito do enunciado) – *a Ana* (1) e *eles* (17) –, enquanto localizador da determinação qualitativa de *a verdade* (1) e *o problema* (17), detém, não o conhecimento da sua existência, mas sim o conhecimento do seu conteúdo. Daí que se possa propor, como paráfrase de 1, por exemplo, “A Ana, por fim, viu que o Luís era seu irmão” (e não “A Ana, por fim viu que a verdade existe”), e, como paráfrase de 17, por exemplo, “Eles viram demasiado tarde que foram por um caminho errado e que não chegariam a horas ao seu compromisso” (e não “Eles viram demasiado tarde que o problema existe”).

O mesmo sentido epistémico terão estes enunciados, em virtude do natureza estativa e simultaneamente predicativa do predicado secundário que integra os complementos de *ver* (respectivamente *forçado a desistir* e *mais como enfermeiro do que como médico*):

<sup>7</sup> É em virtude do funcionamento particular de verbos como *pensar*, *crer*, *achar*, etc - nomeadamente, da construção de diferentes valores modais decorrentes das variações introduzidas ao nível do sujeito do enunciado da subordinante - que, segundo o critério proposto em Franckel & Lebaud (1990), estes verbos se enquadram na classe dos predicados subjectivos.

Propõem estes autores que integram “la catégorie des prédicats subjectifs” aqueles predicados que “[...] impliquent une identification entre sujet du prédicat et sujet de l’énonciation, telle que toute dissociation conduit à des relations d’inférences dont les conséquences modales sont variables et plus ou moins nettement repérables [...]” (idem, ibidem: 52). Enquanto que um predicado não-subjectivo “se prête à une assertion de l’énonciateur à toutes les personnes [...]”, um predicado subjectivo regista “[...] une dissymétrie entre les emplois à la première et à la deuxième personne [...]” (idem, ibidem), na medida em que um predicado subjectivo na segunda pessoa (por exemplo, *Tu penses que a Maria está em casa*), como na terceira (por exemplo, *O Luís pensa que a Maria está em casa*), não corresponde a uma simples constatação, podendo corresponder, isso sim, a uma espécie de conjectura por parte do sujeito da enunciação, fundada num raciocínio por inferência, a partir da interpretação de índices (ver Valentim, 2004: 188).

18. Ele viu-se forçado a desistir
19. A Maria vê-o mais como enfermeiro do que como médico

Já os seguintes enunciados não são interpretáveis epistemicamente, mas correspondem a representações perceptivas:

1. O João viu televisão todo o dia
20. A Maria, por fim, viu o Luís
21. Vimos um restaurante com esplanada

Os nominais *televisão* (1), *Luís* (20) e *restaurante com esplanada* (21) têm uma natureza não-predicativa, isto é, não lhes corresponde, pelas suas propriedades semânticas, a mesma possibilidade de dissociação entre determinação quantitativa e determinação qualitativa.

Por outras palavras, quando coocorre com um objecto nominal com funcionamento não-predicativo, *ver* assume um sentido de percepção; quando coocorre com um objecto nominal com funcionamento predicativo, assume um sentido epistémico.

A afectação de um sentido perceptivo ou de um sentido epistémico a *ver* tem, por sua vez, consequências ao nível do estatuto semântico do sujeito, ora da percepção, ora da inferência construídas.

No caso de, em virtude do objecto predicativo, a *ver* se associar um sentido epistémico, o sujeito (*a Ana* em 2, *eles* em 17) é a fonte (o localizador) da determinação qualitativa introduzida por *ver* epistémico. A localização situacional (a existência) do complemento de *ver* (*a verdade* em 2, *o problema* em 17) é independente do sujeito (ver Franckel & Lebaud, 1990: 89ss).

No caso de, em virtude do objecto não-predicativo, a *ver* se associar um sentido perceptivo, constrói-se, na situação de enunciação em curso, a existência para o sujeito (*o João* em 1, *a Maria* em 20) daquilo que seja o objecto da percepção (*televisão* em 1, *o Luís* em 20, *restaurante com esplanada* em 21). No caso particular do enunciado 21, a determinação de *restaurante com esplanada* (o artigo indefinido *um*) marca a inscrição da existência para o sujeito de *um restaurante com esplanada* numa dimensão intersubjectiva, como que tornando pública tal existência. Por outras palavras, dá-se uma actualização, na situação de enunciação em curso, da existência para um sujeito (1ª pessoa do plural) de um termo que não existe para os seus interlocutores.

Reflectindo sobre a questão da identidade da unidade linguística *ver*, apreendida através da variação dos seus valores semânticos, podemos reconhecer que, em ambas as interpretações de *ver* – perceptiva e epistémica –, existem propriedades tipicamente incoativas (ver Franckel, 1989: 412; Franckel & Lebaud, 1990). Por outras palavras, *ver* remete sempre para a entrada num domínio, para um “mise en contact” (nas palavras de Franckel, 1989: 412), um estabelecer-de-contacto entre um estímulo – o visível: percebido ou inferido – e um sujeito, que é, portanto, o localizador do processo (da percepção ou da inferência). *Ver a verdade* é “dar-se conta ou compreender a verdade”; *Ver o Luís* é “inscrever a existência do Luís”.

Está, por conseguinte, relacionado com este carácter aspectual incoativo, a polarização no sujeito do processo, perceptivo ou epistémico, associado a *ver*. O movimento dá-se do objecto para o sujeito. Isto é, o processo é orientado para o sujeito uma vez que o objecto passa de inexistente a existente para um sujeito. Digamos que, quando um sujeito vê (*a verdade* ou *o Luís*), se torna o localizador de uma percepção ou de uma conclusão por inferência dedutiva sem que tenha qualquer controle sobre o desencadear do estímulo. O objecto da visão não tem qualquer estatuto senão directamente actualizado através do próprio processo de *ver*-percepcionar ou *ver*-inferir (Franckel, 1989).

## CONCLUSÃO

A determinação de *ver*, nos seus múltiplos valores, decorre da interacção que estabelecem entre si e com *ver* todas as unidades, valores e operações que concorrem para a determinação global do enunciado. Entre esses valores e operações, refira-se a relevância da determinação modal, da natureza aspectual do complemento, da diátese, passiva ou activa, do valor temporal-aspectual dos termos predicativos numa relação subordinada, da determinação do termo em torno do qual se organiza a construção da relação predicativa...

Para um desenvolvimento do estudo da variação semântica de *ver*, da sua singularidade e regularidade, concorrerá ainda a descrição de outras ocorrências de *ver* em enunciados como os que se seguem, cujos sentidos, a uma vista, em nada se parecem relacionar com os sentidos aqui contemplados:

22. As encostas do Douro viram nascer o vinho mais espirituoso de Portugal
23. O ano de 1808 viu chegar a família real portuguesa ao Brasil
24. Não temos nada a ver com esse assunto
25. O ano lectivo vê o seu termo aproximar-se

Concorrerá também, entre outros aspectos que este artigo deixa pendentes, o estudo da negação - que parece poder revelar de forma privilegiada alguns aspectos relativos ao funcionamento desta unidade linguística - e as consequências das variações introduzidas ao nível do sujeito do enunciado da subordinante na construção de diferentes valores modais.

Esta abordagem da variabilidade de *ver*, nos seus empregos perceptivo e epistémico, permite-nos reflectir, genericamente, sobre a questão da identidade das unidades linguísticas apreendida através da variação dos seus valores semânticos, isto é, sobre a questão do papel das unidades linguísticas na construção da significação dos enunciados. Permite-nos, além disso, formular alguns princípios que permitem estruturar uma abordagem da questão do sentido de *ver* e das formas linguísticas em geral:

a) o facto de o sentido das formas linguísticas não ser um dado, mas de ser construído no e pelo enunciado, ao mesmo tempo que são as formas em coocorrência que determinam o sentido dos enunciados;

b) o facto de não ser possível determinar qualquer sentido base associável a uma forma (a sua identidade define-se pelo papel específico que desempenha nas interacções constitutivas do sentido dos enunciados em que ocorre);

c) a hipótese de o sentido se organizar multidimensionalmente, pelo que ficam comprometidos os conceitos de sentido literal e de sentido figurado ou de sentido básico e de sentido derivado.

## REFERÊNCIAS

- FRANCKEL, J.-J. (1989) *Étude de quelques marqueurs aspectuels du français*, Genève, Librairie Droz S. A.
- FRANCKEL, J.-J. & D. LEBAUD (1990) *Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiments, connaissance*, Paris, Éditions Ophrys.
- FRANCKEL, J.-J. & D. LEBAUD (1992) "Lexique et opérations. Le lit de l'arbitraire". In *La Théorie d'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Éditions Ophrys: 89-105.
- FRANÇOIS, J. (2000) "Désémantisation verbale et grammaticalisation: (se) voir employé comme outil de redistribution des actants". *Syntaxe et Sémantique 2*, Presses Universitaires de Caen: 159-175.
- GUENTCHÉVA, Z. (1995) "L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs". In, J. Bouscaren.; J.-J. Franckel & S. Robert (eds.) *Langue et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique. Mélanges offerts à Antoine Culioli*, Paris, PUF: 301-315.
- GUENTCHÉVA, Z. (1996) "Introduction". In Z. Guentchéva (ed.) *L'Énonciation médiatisée*, Louvain- Paris, Éditions Peeters.
- GUILLEMIN-FLESCHER, J. (1994) "Subject and object". In M. Yaguello (ed.) *Subjecthood and subjectivity*, Paris, Éditions Ophrys: 171-193.



- HERNANZ, M. L. [1999] <sup>3</sup>2000 “El infinitivo”. In I. Bosque & V. Demonte (dir.) *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe: 2197-2351.
- LANCTÔT, V. (1993) “Voir et regarder: du sujet à l'objet”. In *Proceedings of the 1993 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association. Actes du congrès annuel de l'Association canadienne de linguistique*, Carleton University, Ottawa, Ontario [http://r1.chass.utoronto.ca/twpl/pdfs/cla1993/CLA1993\\_Lanctot.pdf](http://r1.chass.utoronto.ca/twpl/pdfs/cla1993/CLA1993_Lanctot.pdf)
- SANTOS, L. M. (1997) "L'infinitif fléchi en portugais brésilien: les contextes de dépendance d'un verbe de perception. *Verbum*, tome XIX, 4: 493-505.
- VALENTIM, H. T. (1998) *Predicação de Existência e Operações Enunciativas*, Lisboa, Edições Colibri.
- VALENTIM, H. T. (2004) *Um Estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Van VOORST, Jan (1995) “Le Controle de l'espace psychologique”. *Langue Française* 105: 17-27.
- WILLETT, T. (1988) “A cross-linguistics survey of the grammaticalization of evidentiality”. *Studies in Language* 12-1: 51-97.